

AS CONDIÇÕES DO TRABALHO DOCENTE E OS RESULTADOS ESCOLARES EM AVALIAÇÕES DE LARGA ESCALA NO ENSINO MÉDIO: ALGUMAS PROBLEMATIZAÇÕES A PARTIR DO CONTEXTO DO ESTADO DO MATO GROSSO

CONDICIONES DE TRABAJO DOCENTE Y RESULTADOS ESCOLARES EN EVALUACIONES A GRAN ESCALA EN LA ESCUELA SECUNDARIA: ALGUNOS PROBLEMAS DEL CONTEXTO DEL ESTADO DE MATO GROSSO

TEACHING WORK CONDITIONS AND SCHOOL OUTCOMES IN LARGE-SCALE EVALUATIONS IN HIGH SCHOOL: SOME PROBLEMS FROM THE CONTEXT OF THE STATE OF MATO GROSSO



Adriana Ester Reichert PALÚ¹
e-mail: adrianareichert@ufpr.br



Andrea Barbosa GOUVEIA²
e-mail: andreabg@ufpr.br

Como referenciar este artigo:

PALÚ, A. E. R.; GOUVEIA, A. B. As condições do trabalho docente e os resultados escolares em avaliações de larga escala no ensino médio: algumas problematizações a partir do contexto do estado do Mato Grosso. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 19, n. 00, e024122, 2024. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riace.v19i00.18824>



- | Submetido em: 19/12/2023
- | Revisões requeridas em: 08/03/2024
- | Aprovado em: 18/04/2024
- | Publicado em: 21/10/2024

Editor: Prof. Dr. José Luís Bizelli

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba – PR – Brasil. Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) - UFPR.

² Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba – PR – Brasil. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), atua no Núcleo de Pesquisa de Políticas Educacionais (NUPE) - UFPR.

RESUMO: Buscamos compreender possíveis relações entre o trabalho docente e os resultados de qualidade obtidos através do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), no Ensino Médio da rede estadual do Mato Grosso (MT). Utilizamos metodologia mista coletando dados educacionais do sítio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), legislações vigentes cotejadas com pesquisas já realizadas. Os resultados mostraram que o número de professores contratados na rede estadual do MT é superior aos efetivos. Os dados indicaram que condições de menor esforço docente, caracterizadas a partir de números de alunos e etapas atendidas, horas de trabalho e quantidade de escolas, podem influenciar nos resultados obtidos pelos estudantes. Os resultados deste estudo podem promover discussões no contexto das secretarias de educação, avaliando possibilidades para melhorar as condições de trabalho dos professores, assim como a necessidade de ampliação do quadro efetivo.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas educacionais. Trabalho docente. Esforço docente. Formas de vínculo. Políticas educacionais regionais.

RESUMEN: *Buscamos comprender las posibles relaciones entre el trabajo docente y los resultados de calidad obtenidos a través del IDEB (Índice de Desarrollo de la Educación Básica), en la enseñanza media de la red estatal del MT (Mato Grosso). Se utilizó una metodología mixta de recolección de datos educativos del sitio web del INEP (Instituto Nacional de Estudios e Investigaciones Educativas Anísio Teixeira), legislación vigente en paralelo a investigaciones ya realizadas. Los resultados mostraron que el número de docentes contratados en la red estatal del MT es mayor que los permanentes. Los datos indicaron que las condiciones de menor esfuerzo, considerando el número de estudiantes y etapas cumplidas, las horas de trabajo y el número de escuelas, pueden influir en los resultados obtenidos por los estudiantes. Los resultados de este estudio pueden promover debates en el contexto de los departamentos de educación, evaluando posibilidades para mejorar las condiciones laborales de los docentes, así como ampliar el personal efectivo.*

PALABRAS CLAVE: *Políticas educativas. Trabajo docente. Esfuerzo docente. Formas de vinculación. Políticas educativas regionales.*

ABSTRACT: *We seek to understand possible relationships between teaching work and the quality results obtained through the IDEB (Basic Education Development Index), in high school in the state network of MT (Mato Grosso). We used a mixed methodology collecting educational data from the INEP website (National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira), current legislation in parallel compared with research already carried out. The results showed that the number of teachers hired in the MT state network is higher than the permanent ones. The data indicated that conditions of lesser efforts, considering the number of students and stages completed, working hours and the number of schools can influence the results obtained by students. The results of this study can promote discussions in the context of education departments, evaluating possibilities for improving teachers' working conditions as well as expanding the effective staff.*

KEYWORDS: *Educational policies. Teacher's work. Teaching effort. Forms of contract. Regional educational policies.*

Introdução

O debate sobre qualidade na educação é multifacetado, implicando considerar múltiplas dimensões tais como: 1) condições de oferta, infraestrutura e complexidade da escola, aspectos que podem ser medidos a partir dos dados do Censo Escolar, tendo já na literatura indicações de relações significativas com os resultados dos estudantes (Alves; Soares, 2013); 2) perfil socioeconômico dos estudantes, que por exemplo, para Oliveira (2010) pode impactar sobre o aprendizado; 3) condições de trabalho docente que, por exemplo, Nunes e Oliveira (2016) discutem a partir da ideia de qualificação condizente com as exigências do trabalho na educação, fator com forte influência na aprendizagem dos estudantes, demandando atualização constante. E Bueno (2018), Pinto (2009), Alves e Soares (2013), por sua vez, que discutem em termos de necessidade de remuneração digna e atrativa.

Estes fatores tornam a questão da definição da qualidade complexa, mas também permitem uma compreensão mais ampliada do desafio educacional. Este artigo propõe um recorte específico no debate a partir do foco nas condições de trabalho docente como elemento da qualidade. Para tal, considera a especificidade do Ensino Médio e analisa como nesta etapa de ensino se apresentam as relações entre condições de trabalho docente e resultados escolares. Compreende-se que não há uma relação linear entre estes dois elementos, mas que não é possível pensar a qualidade do ensino sem considerar seus dois sujeitos principais, professores e estudantes. Neste artigo o foco está nos sujeitos docentes.

Para isto a metodologia tem natureza multifacetada (Günther, 2006, p. 207), qualitativa, triangulando dados documentais da carreira com dados quantitativos sobre docentes. Os dados sobre docentes são aqueles disponíveis em plataformas oficiais e interinstitucionais, quais sejam: dados do Censo Escolar disponibilizados pelo INEP, em especial dados de vínculo dos professores e os dados sintetizados no Índice de Esforço Docente calculado pelo próprio INEP. Em termos temporais a análise considerou no que se refere ao IDEB, geral e do estado, dados do período de 2005 a 2021. Para os dados de situação de contrato de trabalho dos professores do MT o período disponível para análise foi entre os anos de 2011 e 2020. Quanto ao esforço docente consideramos dados entre 2013 e 2022. Em relação aos dados do IDEB a fonte foi INEP e os dados são tratados a partir de cada uma das escolas públicas do estado, para isto será considerado o ano de 2019, a escolha do ano se deve ao fato de ser o último ano em que se tem quantitativos significativos de unidades escolares de Ensino Médio no MT informadas. Para cada escola pública do estado do MT que atende o Ensino Médio foram consideradas as notas do IDEB e do nível de esforço docente.

Após coletados, os dados foram agrupados e analisados de forma descritiva para subsidiar o entendimento e a relação das condições analisadas. Os resultados do IDEB foram analisados globalmente, considerando o estado do MT e o Brasil e por unidades escolares estaduais. Os dados sobre nível de esforço docente também foram considerados em cada escola. A partir desta análise buscou-se compreender a possível relação entre as condições de trabalho docente e os resultados da avaliação do IDEB.

O artigo está organizado em quatro seções além desta introdução, a primeira dedicada a situar elementos preliminares que estruturam o debate para o caso do Mato Grosso; a segunda dedicada a compreender o conceito de qualidade para situar o lugar das condições de trabalho docente neste debate; a terceira apresenta e discute os dados a partir do caso da rede estadual de ensino do Mato Grosso e, finalmente, as conclusões do estudo.

Alguns elementos preliminares para o debate sobre Mato Grosso

A docência é um campo diverso e segmentado (Oliveira, 2021) e que apresenta desafios específicos em cada etapa e ou modalidade de ensino. Assim, este estudo propõe um recorte a partir das condições em que atuam os professores do Ensino Médio na rede estadual do MT. Dessa forma, fez-se uma imersão nos dados referentes aos professores que atuam nesta etapa da educação básica na rede estadual do Mato Grosso (MT), com a finalidade de entendimento das condições de trabalho e de contratação, buscando verificar a relação destas com os resultados educacionais

O Ensino Médio (EM), etapa final da Educação Básica, durante seu processo de construção histórica é campo de intensas disputas de concepção de formação e de condições de oferta. Destacamos que esta etapa conquistou espaços e investimentos, principalmente, após a promulgação da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), quando no artigo 205, a educação aparece como “direito de todos e dever do estado”, e enfatizando no artigo 208 o compromisso do Estado com a “progressiva universalização do Ensino Médio gratuito; [...]”, desafio ainda não superado. Na organização das responsabilidades federativas, a carta magna, em seu artigo 211, responsabiliza os entes estaduais pela oferta desta etapa. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/1996, artigo 35, o EM passa a ter uma duração mínima de três anos e define-se como finalidade desta etapa “a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos [...]” (Brasil, 1996).

Quanto ao percurso legal do Ensino Médio, Cury e Ferreira (2010), sintetizam como este direito se constituiu com fragilidades, especialmente aos estudantes jovens que não tiveram um percurso escolar linear. Os autores destacam a CF/88 cujo texto explicita a progressiva obrigatoriedade, modificada pela emenda 14, prevendo a progressiva universalização, e, finalmente, a emenda 59 tornando o EM obrigatório para jovens que tenham até 17 anos (Cury; Ferreira, 2010). Cabe lembrar que os diferentes percursos tornam esta regra um risco para o direito da juventude a educação, dado que muitos estudantes abandonam a escola antes de completar seus estudos, deixando de receber uma educação adequada (Silva, 2015).

Analisando os dados da última década sobre o acesso dos jovens ao EM no Brasil e no Mato Grosso, comparativamente ao número absoluto de jovens, é evidente a emergência na melhoria da qualidade e, ainda, a necessidade de expansão da quantidade da oferta para assegurar o direito à educação. Quanto às taxas de atendimento do Ensino Médio, percebemos um modesto crescimento, sendo, em 2012, a taxa líquida de matrícula brasileira nesta etapa de 46,9% e a taxa mato-grossense de 59,5% superior à taxa nacional. Para o ano de 2021 temos a taxa de matrícula líquida no Brasil equivalente a 56,9% enquanto no MT foi de 53,9% (INEP).

Este processo, já complexo na definição do direito à educação para a juventude brasileira, sofreu um revés mais profundo a partir de 2016 com as alterações na LDB, produzidas durante a gestão de Michel Temer. Após o afastamento da presidenta Dilma Rousseff, por meio do *impeachment* sem comprovação de crime de responsabilidade, entre as guinadas nas políticas públicas, esteve a Medida Provisória que, apesar da intensa resistência, especialmente dos estudantes nos movimentos de ocupação (Silva; Araújo, 2021), tornou-se o que se denomina Novo Ensino Médio (NEM). Mônica Ribeiro da Silva e Ronaldo Araújo sintetizam os dilemas deste processo destacando que a implementação, sobretudo em escolas piloto, vem evidenciando um conjunto de retrocessos e perdas de direito.

Dentre os problemas apontados pelos autores podemos destacar a diminuição da carga horária das disciplinas, a inclusão de temas como educação financeira e projeto de vida e, ainda, a realização de parcerias com instituições privadas (Silva; Araújo, 2021). Os professores responsáveis por executar na prática cotidiana o NEM se viram em meio a um conjunto de mudanças em suas disciplinas de trabalho, tornando sua carga horária um cenário complexo.

Para Pinto (2006) pode-se pensar que um insumo muito importante para a aprendizagem dos estudantes e também de maior peso no cálculo do custo-aluno se refere às condições de trabalho, qualificação e remuneração dos trabalhadores da educação. Sem querer reduzir o

trabalho docente a um insumo qualquer, este artigo procura problematizar as condições que os professores do Ensino Médio no Mato Grosso têm para atuar na rede estadual de ensino.

Vale ressaltar que o estado do MT não vem obtendo bons resultados nas avaliações de larga escala, mesmo quando comparados com outros estados brasileiros. Sob esse argumento o governo estadual criou e implementou políticas meritocráticas com a finalidade de elevar os indicadores do IDEB. Dentre as medidas adotadas podemos citar: o “avalia MT” regulamentado pelo Decreto nº 1.497/2022 que dispõe sobre o “Plano de Educação - 10 anos”. Tal programa tem por objetivo alinhar questões estratégicas com projetos e ações desenvolvidas para melhoria da qualidade, equidade e índices educacionais de Mato Grosso até 2032. A incorporação de processos de meritocracia na carreira docente foi legitimada por meio da instituição de gratificação anual por eficiência para os professores. Esta foi criada em Lei de 2023 e regulamentada pelo Decreto Nº 256, de 05 de maio do mesmo ano. Tais mecanismos legais objetivam gratificar professores cujas escolas atinjam os índices propostos e aqueles que cumprirem uma série de condições preestabelecidas, tais como: participação nas formações propostas, desenvolvimento de projetos elaborados pela equipe da secretaria estadual, participação voluntária em reuniões e mobilizações da comunidade.

Para discutir o lugar que as condições de trabalho dos professores ocupam no debate sobre a qualidade de ensino, este artigo propõe cotejar variáveis sobre trabalho docente com os resultados escolares medidos por meio do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Segundo o INEP:

O IDEB é um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb) – obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino (4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio) – com informações sobre rendimento escolar (aprovação) (Brasil, 2019, p. 1).

O IDEB é uma ferramenta de medida da qualidade de educação que para Pinto (2008) é explicitamente insuficiente para aferir a qualidade da educação oferecida pelos sistemas de ensino, mesmo considerando os limites dos objetivos postos pela legislação, porém de bastante visibilidade na política do Brasil. Ele é calculado com base em dados de desempenho dos estudantes em provas de avaliação em larga escala e em taxas de fluxo escolar. Embora a qualidade seja influenciada por diversos fatores, como infraestrutura escolar, recursos disponíveis, gestão educacional, entre outros, é possível estabelecer uma relação entre o trabalho docente e os resultados no IDEB, tomado não como qualidade em si, mas no limite do que ele é, um indicador.

O presente trabalho tem, então, como objetivo discutir as condições do trabalho dos professores que atuam no Ensino Médio da rede estadual do MT, considerando a forma de contratação e esforço docente, cotejados com os indicadores de proficiência e fluxo escolar aferidos pelo IDEB.

As condições de trabalho docente no debate sobre qualidade de ensino

A qualidade da educação vem sendo amplamente discutida pela sociedade e, conseqüentemente, tal debate impacta sobre o cotidiano escolar. Um dos fatores que usamos para identificá-la são os indicadores resultantes de avaliações em larga escala, dentre eles o IDEB. Este indicador considera basicamente dois fatores, o fluxo escolar e as notas obtidas nas provas de português e matemática. A incorporação de tais fatores nas políticas educacionais, por vezes, passam a ser considerados como se a responsabilidade pelos resultados fosse exclusiva dos professores, mas este não é um tema exclusivo da política educacional brasileira. Para Maués (2016), os testes de larga escala são, em geral, de ordem cognitiva e os resultados desejados são pré-fixados de acordo com a política e/ou economia do país, representando, por exemplo, um percentual de diplomados e taxa de aprovação. A autora ainda informa que esse tipo de política é complementada pela divulgação dos resultados e pelas premiações ou punições que estudantes, professores e escolas possam merecer e apresenta críticas que essa obrigação de resultados, exigida pela política de avaliação, vem sendo alvo.

É importante ressaltar que o trabalho docente não é o único fator que influencia os resultados no IDEB. O contexto socioeconômico dos alunos, as políticas educacionais, a infraestrutura das escolas e o apoio da comunidade também desempenham papéis significativos. No entanto, um corpo docente motivado, qualificado e comprometido certamente contribui para um melhor desempenho dos estudantes em todo o processo, que acaba refletindo inclusive nos resultados alcançados no IDEB. Contudo, a forma como esta relação entre trabalho docente e resultados se conecta no planejamento das políticas educacionais são polêmicas.

Considerando essa responsabilidade, percebe-se muitas iniciativas governamentais, municipais ou estaduais com o objetivo de criar políticas de premiações para os professores cujos estudantes obtiverem os melhores resultados. No caso do Mato Grosso, nos anos de 2022 e 2023, criou-se regras para conceder abonos aos professores que atuam em escolas cujo

rendimento dos estudantes em avaliações de larga escala obtiveram melhorias. No Decreto Nº 256, de 05 de maio de 2023 lemos:

Art. 3º São objetivos da Política de Gratificação por Eficiência e Resultado:

I - reconhecer o desempenho dos professores da rede estadual no cumprimento dos principais objetivos da educação;

II - reconhecer o trabalho, a contribuição dos gestores e demais servidores no âmbito da Secretaria de Estado da Educação que apresentarem bom desempenho nas atribuições;

III - incentivar a formação continuada dos profissionais da educação, diminuir o percentual de absenteísmo, reduzir a evasão escolar e melhorar os índices de aprendizagem das unidades escolares (Mato Grosso, 2023, p. 2).

A responsabilização do docente está relacionada à sua capacidade de oferecer um ensino eficaz e engajar os alunos no processo de aprendizagem. Salienta-se que isso não deve implicar em culpabilização, fazendo mais sentido políticas para incentivar o aprimoramento contínuo da prática docente, valorizando e reconhecendo o papel do professor na formação dos alunos. Em síntese, a responsabilização docente sobre a qualidade da educação é um componente importante, mas não exclusivo, na busca por uma educação de qualidade. É necessário considerar o contexto mais amplo, envolvendo aspectos socioeconômicos, políticas educacionais, infraestrutura escolar e a participação de diferentes atores para promover uma educação eficaz e equitativa.

A ampliação dos investimentos está atrelada, no campo das políticas educacionais, à universalização do atendimento e à melhoria na qualidade da educação (Pinto; Alves, 2011). Quando nos referimos à qualidade, temos o entendimento de que esta deve ser compreendida como algo que vai além das notas obtidas nas avaliações de larga escala. O objetivo educacional é assegurar que cada aluno receba uma educação de qualidade “que garanta o pleno desenvolvimento humano, para todos em estabelecimentos públicos, gratuitos e que permitam a cada um percorrer todo seu percurso” (Gouveia; Souza, 2011), que atenda às suas necessidades e promova o seu pleno desenvolvimento. Em suas pesquisas, Oliveira amplia os conceitos de qualidade:

A discussão mais ampla de qualidade certamente implica em considerar outras dimensões que afetam os processos educativos e os resultados escolares em termos de uma aprendizagem mais significativa, como, por exemplo, o contexto socioeconômico-cultural dos estudantes, o atendimento as expectativas sociais dos alunos e pais, o atendimento aos direitos das crianças, adolescentes e jovens, os processos de organização e gestão da escola, a participação efetiva da comunidade, o planejamento pedagógico, as práticas curriculares e os processos educativo, a formação e a prática docente, a

dinâmica de avaliação discente e o compromisso docente com o sucesso escolar do aluno (Oliveira, 2006, p. 144).

No entanto, é importante considerar que o financiamento da educação é um desafio complexo, pois envolve montante de recursos disponíveis em um contexto de desigualdades fiscais complexas no caso brasileiro. Para Dourado (2006), a defesa da vinculação constitucional, atrelando recursos para a educação, tem sido alvo de constantes lutas e ações políticas de grande repercussão, sobretudo a partir da mobilização da sociedade civil organizada. Nem sempre é possível, todavia, destinar os recursos necessários para atingir o ideal, devido às limitações orçamentárias e outras demandas prioritárias. Por isso, é fundamental buscar um equilíbrio entre as necessidades educacionais e as disponibilidades financeiras, sempre com o objetivo de promover uma educação de qualidade para todos os alunos.

Neste trabalho, consideramos como indicador de qualidade o resultado do IDEB (notas nas avaliações e fluxo escolar) obtido pelos alunos do Ensino Médio do estado do Mato Grosso. A discussão está vinculada a indicadores de valorização docente como: condição de ingresso na carreira por tipo de vínculo efetivo ou temporário e nível de esforço dos docentes medidos pelas avaliações do INEP. Estes são indicadores que, de maneira sintética, permitem colocar relevo sobre as condições de trabalho em que os professores podem desenvolver sua ação.

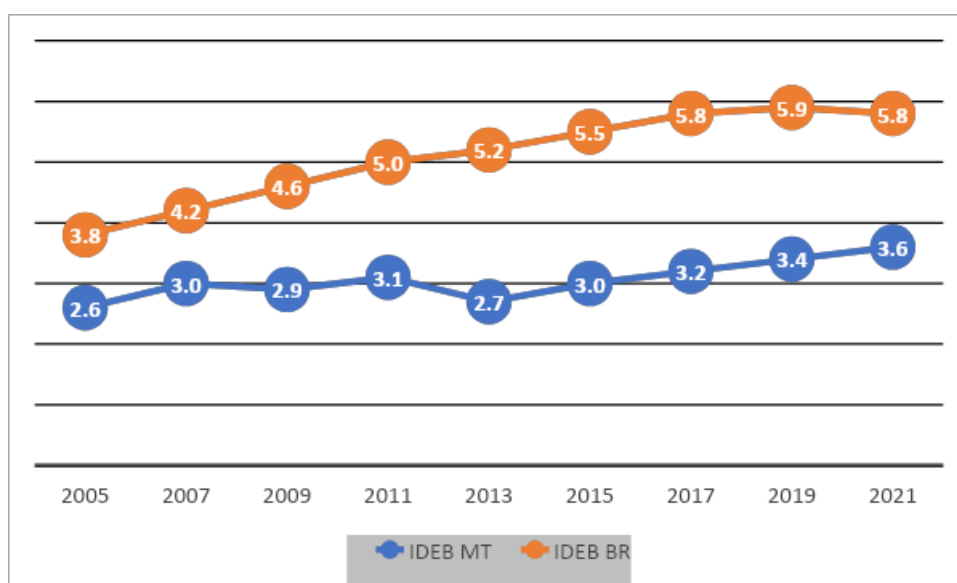
Reflexões sobre a relação qualidade e condições de trabalho a partir do caso do estado do Mato Grosso

Ao iniciarmos a discussão sobre condições de trabalho docente, é salutar considerar que os postos de trabalho de professores estão articulados aos processos de democratização da educação. Devemos entender que, além de disponibilizar vagas para todos, precisamos levar em conta a qualidade da educação e os fatores que aí estão implícitos,

A democratização do acesso poderá ser inócua se a agenda política e econômica não priorizar altos investimentos na infraestrutura das escolas e **nos professores (formação inicial e continuada, salário e carreira)** – escolas com uma infraestrutura impecável, com professores preparados e motivados – são esses os indicadores de qualidade que nossos governantes deveriam buscar. Caso contrário, teremos um quadro que na verdade já começa a se apresentar: todas as crianças e jovens estarão na escola, mas não estarão aprendendo e os professores serão os únicos responsabilizados por isso, encontrando no treinamento para os testes a única forma de “elevar” a qualidade do ensino em suas escolas (Limonta; Silva, 2013, p. 184, grifos nossos).

A qualidade de ensino, pode ser tomada em vários sentidos, ora privilegiando a formação integral e cidadã (Cury; Ferreira, 2010), ora atendendo a interesses de organizações nacionais ou internacionais e cumprindo metas quantitativas (Bauer e Sousa, 2015). Uma das formas de estabelecer indicadores são os resultados nas avaliações de larga escala. Essas selecionam, classificam e quantificam a qualidade no processo de ensino a partir de determinadas opções que agregam os resultados. No Mato Grosso, quando analisamos os resultados do Ensino Médio, especificamente a partir do IDEB, e os comparamos com o restante do Brasil, identificamos um cenário nada favorável.

Gráfico 1 – Resultados do Ensino Médio estadual do MT versus nacional

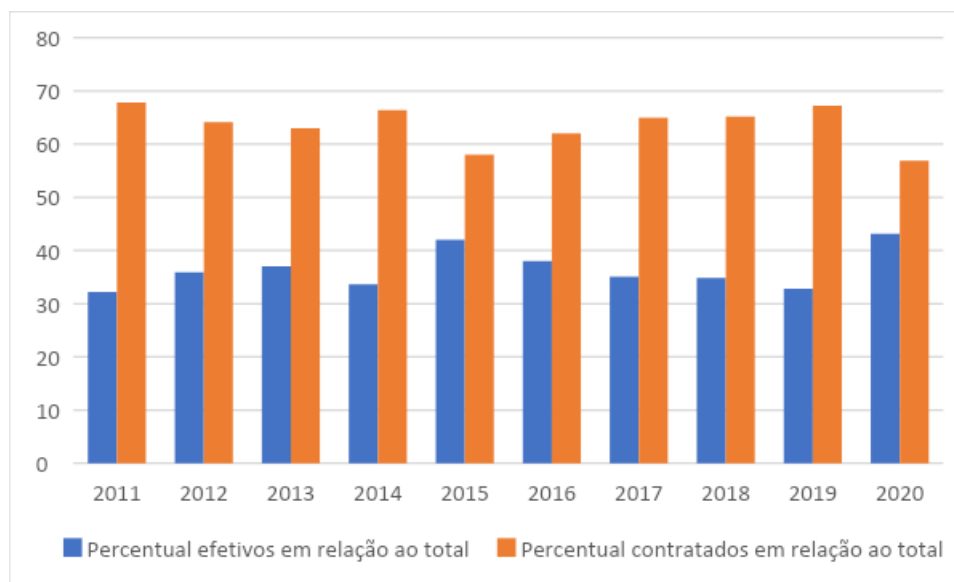


Fonte: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Inep – MEC, 2021)

Ao observarmos os resultados obtidos pelas escolas estaduais de Ensino Médio do Mato Grosso, percebemos que nos últimos 16 anos o crescimento total foi modesto. Enquanto a média nacional cresceu dois pontos, no estado, alterou-se em apenas um ponto. Identificamos que nos anos de 2009 e 2013 houve queda nos indicadores de qualidade analisados evidenciando uma trajetória descontínua. Tal situação pode ser atribuída a muitos fatores, como o investimento em infraestrutura, as condições socioeconômicas da maior parte da população, o currículo escolar inadequado à realidade dos discentes e as condições de trabalho dos professores. Neste artigo, como já dito, optamos por discutir em quais condições os professores da rede estadual do MT atuam, tomando como hipótese que estas condições podem ajudar a explicar parte de como os resultados foram produzidos no Estado.

O primeiro elemento que pode ser usado para caracterizar as condições de trabalho é o vínculo dos professores de Ensino Médio no contexto da rede estadual de ensino. Os dados do gráfico 2 apresentam as condições de tipo de vínculo dos professores no estado.

Gráfico 2 – Condições de vínculo dos professores do Ensino Médio MT



Fonte: Laboratório de dados educacionais, 2020

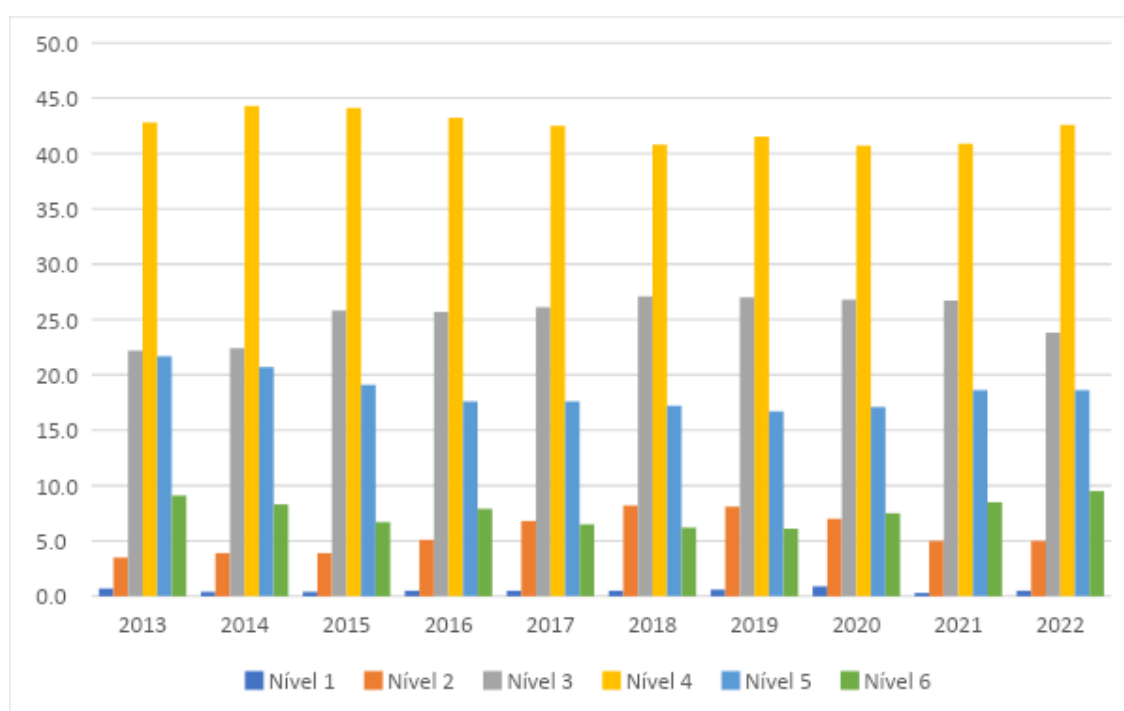
Quanto às condições de vínculo com a rede estadual do MT, percebemos que o número de professores com contrato temporário é superior, em todos os anos, quando comparado com os professores efetivos. Vale ressaltar que os professores com contrato temporário não possuem nenhum tipo de gratificação por formação, tempo de serviço ou outra similar. Além disso, ainda trabalham com instabilidade de carga horária e conseqüentemente de salários, sendo então submetidos a um estresse profissional ainda maior.

Historicamente, percebemos um esforço dos legisladores quanto às condições de trabalho e valorização docente. Na CF/88, em seu artigo 206, temos garantido a necessidade de planos de carreira, piso salarial e o ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, demonstrando a importância das condições de carreira. Apesar desta garantia, no Mato Grosso, os números de professores contratados são superiores aos efetivos, demonstrando que as políticas de valorização como tempo de serviço; formação acadêmica; formação continuada e outros indicadores de valorização são efetivamente garantidos em forma de componentes da remuneração para um quantitativo inferior a 50% do total dos professores.

Além da fragilidade dos contratos, a análise do indicador de esforço docente permite identificar outros desafios. Para a determinação do esforço docente, o INEP usou a teoria de

resposta ao item (INEP, 2014) para compor um indicador a partir de diferentes perguntas aos professores. Os dados foram classificados em 6 níveis que consideram 4 componentes de condições de trabalho: número de escolas em que o professor atua, número de turmas, alunos atendidos e etapas. Os níveis são hierárquicos, sendo o menor esforço nível 1 e o maior esforço sintetizado no nível 6 (INEP, 2014). O gráfico 3 apresenta a distribuição do esforço docente nas escolas do MT.

Gráfico 3 – Percentual de docentes, nos níveis, do indicador de esforço docente do MT



Fonte: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Inep – MEC, 2022)

Para os indicadores citados consideramos o nível 1 como o mais adequado às condições e o nível 6 as condições mais precárias de trabalho. Durante todos os anos analisados, percebemos maior incidência no nível 4. Para este nível, os critérios estabelecidos evidenciam um nível de esforço intermediário, com as seguintes características prioritárias: atuar em duas escolas; atender entre 150 e 300 alunos; trabalhar em dois turnos; atendendo duas etapas da educação básica. Podemos definir essas como as principais características dos professores que atuam no Ensino Médio das escolas estaduais do Mato Grosso.

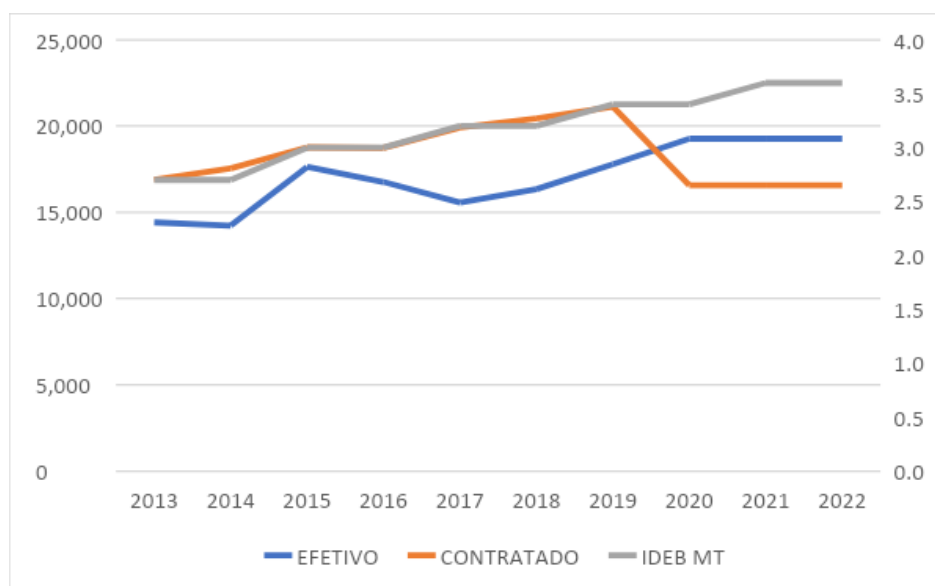
As condições do trabalho docente têm significativa influência nos resultados das avaliações de larga escala no Ensino Médio. Essas condições referem-se a vários fatores, incluindo ambiente físico e recursos disponíveis, carga horária, apoio administrativo e colegas, oportunidade de desenvolvimento profissional e autonomia no planejamento. Além de outras

ações importantes envolvendo o contato com as famílias dos estudantes, a carga horária desempenha um papel crucial, pois professores sobrecarregados podem ter menos tempo para planejar suas aulas de maneira adequada, fornecer *feedback* individualizado aos alunos e se envolver em atividades extracurriculares que enriquecem a experiência educacional.

Formas de remuneração que assegurem dignidade e se mostrem atrativas em relação a outras profissões são essenciais para atrair e reter profissionais. Estes, por sua vez, podem incentivar os professores a se dedicarem ao ensino e investir em seu desenvolvimento profissional. A baixa remuneração recebida pelos professores é, sem dúvida, uma das maiores fontes de descontentamento da categoria (Pinto, 2008). Na maioria dos casos, quando as condições de trabalho docente são satisfatórias, os professores sentem-se valorizados, motivados e qualificados, o que pode impactar positivamente o desempenho dos alunos.

De maneira geral, os dados de vínculos e de esforço exigido dos docentes sugerem que o elemento “condições de trabalho” pode ser uma dimensão que tem sido secundarizada nas políticas educacionais do MT, o que pode ajudar a compreender o contexto de produção dos resultados dos estudantes.

Gráfico 4 - Relação entre condição de contrato e IDEB do MT



Fonte: Elaborado pelas autoras de acordo com INEP, 2023

Percebemos que entre 2014 e 2015 ocorreu o maior aumento no quadro de professores efetivos e que neste mesmo período também ocorreu o maior crescimento do IDEB. Por outro lado, entre os anos de 2015 e 2017 verificamos queda no número de professores efetivos e, neste período, o IDEB permaneceu praticamente estagnado, aumentando somente 0,2 ponto em

um ciclo de quatro anos. Ainda verificamos que entre os anos de 2019 e 2020 ocorreu uma queda no número de professores contratados e, neste mesmo período, os professores efetivos se mantiveram crescentes, porém de forma mais modesta que no anterior. Nesta fase, notamos um crescimento de 0,4 pontos no IDEB quanto consideramos um ciclo de 3 avaliações.

São muitos os fatores que podem comprometer o trabalho docente, dentre eles podemos salientar o tripé formação, remuneração e carreira (Gurgel, 2012). Apesar de percebermos algumas iniciativas quanto aos indicadores citados, ainda temos um longo caminho a percorrer.

Em muitos casos, a qualidade da educação é relacionada ao desempenho dos professores, uma vez que eles são os principais agentes na sala de aula. São inúmeras as políticas de controle do trabalho docente que ampliam as situações em que o professor não detém o controle total de sua atividade, na maior parte de seu trabalho ele é executor (Gurgel, 2012) iniciativas como AvaliaMT, BNCC, Novo Ensino Médio, impactam diretamente no trabalho do professor e conseqüentemente no processo de construção do conhecimento.

Na maior parte destas iniciativas, cabe ao professor a função de engajar os alunos, criar ambientes de aprendizagem estimulantes e utilizar estratégias pedagógicas eficazes. Eles possuem conhecimento sólido sobre os conteúdos que ensinam, dominam técnicas de ensino adequadas e estão atualizados em relação às melhores práticas educacionais, entretanto nem sempre as políticas em curso reconhecem esta expertise docente.

Estas políticas do caso do MT não são certamente exclusivas, pelo contrário se articulam a um conjunto de políticas neoliberais que provocaram nova concepção do papel do Estado na organização da educação “corroborada pela inclusão de uma lógica gerencial empresarial como medida de eficiência e eficácia da escola” (Oliveira; Pires, 2014, p. 75). No caso específico da rede estadual do Mato Grosso, as iniciativas desta lógica gerencial têm materialização no ano de 2023, em que foram criados critérios para premiar professores que tenham metas atingidas. A legislação estadual definiu:

Art. 5º A Gratificação Anual por eficiência a resultado será baseada nos seguintes critérios:

I - critérios e metas individuais descritos nos anexos I e II correspondem:

- a) a formação em serviço, específica para professor;
- b) a formação específica para gestores, técnicos, apoios administrativos educacionais e demais servidores;
- c) contribuição para redução do absenteísmo - CRA.

II - critérios e metas coletivos descritos nos anexos I e II referem-se:

- a) ao cumprimento da meta escolar (IPEA);
- b) à meta de redução da evasão escolar (Mato Grosso, 2023).

Os indicadores educacionais, com certa frequência, têm sido usados para monitorar, tomar decisões e avaliar a viabilidade de iniciativas e programas. Estes também têm sido usado como fatores de acompanhamento das metas a serem atingidas, sejam elas vinculadas aos planos de educação ou às propostas de governo. Seria demasiadamente simplista tentarmos descrever a qualidade da educação nos pautando apenas no IDEB, dessa forma optamos por analisar a possível relação dos dados do esforço docente com os resultados da avaliação. Os critérios tomados pelo MT para definir a gratificação sugerem a complexidade do problema da qualidade. Os critérios reconhecem que, por exemplo, absenteísmo na rede estadual e a evasão são parte dos desafios. Apesar disto, a resposta de criação de uma gratificação parece simplista. Para enfrentar em parte esta questão, entendemos que precisamos considerar o maior número de variáveis possíveis para melhor análise.

As condições de trabalho docente estão diretamente relacionadas aos salários. Baixas remunerações levam os professores a trabalharem mais horas semanais, atendendo mais alunos e, muitas vezes, em várias unidades escolares. Este aumento da carga horária compromete a formação continuada, o tempo dedicado à pesquisa e o planejamento e a qualidade de vida (Garcia; Malacarne; Brizzo, 2009).

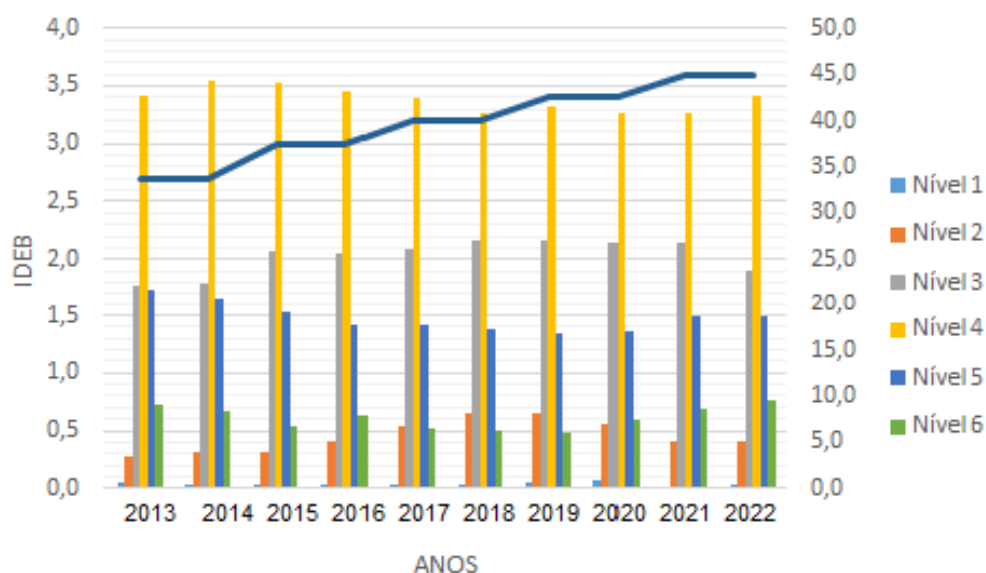
O INEP (Brasil, 2019) disponibiliza alguns dados sobre professores, dentre eles: formação, adequação e esforço docente. Optamos por trabalhar com os dados de índice esforço docente (IED) comparados ao resultado do IDEB do Ensino Médio das escolas estaduais do Mato Grosso. O IED trata do esforço utilizado pelos professores no exercício de sua profissão, considerando a sobrecarga de trabalho dos professores, analisando o número de escolas em que atuam, quantidade de alunos e etapas atendidas.

A relação entre a qualidade da educação e o trabalho do professor é fundamental e pode ser bastante significativa. Os professores desempenham um papel crucial no processo educacional na construção do direito à educação, considerando o desafio da formação humana pela que implica, além do trabalho com o conhecimento das diversas áreas, em um conjunto de interações que são constitutivas da função de socialização que a escola realiza na vida cotidiana. A intensificação e regulação do trabalho docente redundam em sobrecarga de afazeres e apontamentos de prestação de contas do ensino e da aprendizagem; pelo aumento de atribuições ao professor; pela constante ausência de tempo para as demais atividades de sua vida (Gurgel, 2012, p. 26). Estas cobranças e sobrecarga de trabalho podem gerar aos professores condições insalubres e adoecimento ou diminuição na produtividade intelectual, tão necessária ao

desempenho de suas funções. O gráfico cinco procura sintetizar este conjunto de preocupações ao cotejar o nível de esforço docente nas escolas do Mato Grosso com os resultados do IDEB.

Perceberemos que a maior parte dos professores estão entre os níveis 3 e 4 e que as melhores notas em comparativos estão no nível 2. Dessa forma, podemos identificar uma relação entre o esforço docente e as notas obtidas pelos estudantes no índice que relaciona o fluxo escolar e o rendimento em provas de conhecimentos. Ainda observamos que, nos níveis 5 e 6, estão as piores notas, indicando que o excesso de trabalho vinculado ao grande número de alunos e níveis atendidos, além do trabalho em duas ou três escolas pode influenciar nas condições de aprendizado e no fluxo dos estudantes do Ensino Médio da rede estadual do Mato Grosso.

Gráfico 5 – Nível de esforço docente comparado ao IDEB



Fonte: Elaborado pelas autoras de acordo com INEP, 2022.

Quanto à condição do trabalho do professor Garcia, Malacarne, Bizzo (2009) entre outros autores, revelam a precarização do trabalho docente como um fenômeno crescente em nossa sociedade e que está vinculado à remuneração e às condições precárias em que atuam. Os professores, pressionados pela necessidade de ampliar a renda, aumentam suas jornadas de trabalho, prejudicando a qualidade e a quantidade de tempo a ser dedicado aos estudos e à preparação das aulas. Tal situação desencadeia, assim, sentimentos de insatisfação e ansiedade.

Considerações finais

O percurso, em grande medida exploratório, apresentado neste artigo tem como intento colocar em evidência as condições de trabalho de professores do Ensino Médio frente ao desafio da oferta educacional de qualidade. Ainda que reconhecendo os limites do IDEB como indicador sintético de qualidade de ensino, tomou-se aqui este indicador como um sinalizador para possibilitar o debate.

A análise dos dados de contratos e de esforço docente permite reiterar o debate presente no campo de estudos sobre o trabalho em questão. Identificou-se de maneira contundente a complexidade da profissão, decorrente da diversidade de desafios que se colocam para atender os estudantes em um país continental e da desigualdade de condições de trabalho a que a categoria está submetida.

Quanto aos dados específicos da rede estadual do Mato Grosso, evidencia-se as desigualdades nas condições de contrato, com uma presença significativa de professores temporários, o que revela a diversidade de condições de trabalho entre as escolas. As políticas em curso no estado parecem responder muito pouco ao desafio ao considerar apenas a incorporação de vantagens transitórias na forma de bônus para professores, mantendo uma situação de trabalho com alto grau de rotatividade, decorrente do número de professores temporários e de um percentual alto de professores atuando em escolas com alto esforço docente.

Considerar os desafios de melhorar a qualidade, mesmo que mensurada apenas pelo IDEB, exige que se supere o cenário de invisibilidade dos reais problemas para a efetiva valorização dos professores no estado. Diante do cenário de desvalorização do trabalho docente, percebemos que mesmo com avanços na legislação, são inúmeros os fatores que precisamos alterar, tais como, planos de carreira efetivados como garantia a todos os profissionais, condições dignas de trabalho e salários equiparados aos demais profissionais com formação equivalente.

REFERÊNCIAS

- ALVES, M. T. G.; SOARES, J. F. Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 177-194, jan./mar. 2013.
- BAUER, A.; SOUSA, S. Z. Indicadores para avaliação de programas educacionais: desafios metodológicos. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação** [online]. 2015, vol.23, n.86, pp.259-284. ISSN 0104-4036. DOI: 10.1590/S0104-40362015000100010.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei n. 9.394/96**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 jan. 2024.
- BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Nota Técnica – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb. Brasília, DF: INEP, 2019.
- CURY, C. R. J.; FERREIRA, L. A. M. Obrigatoriedade da educação das crianças e adolescentes: uma questão de oferta ou de efetivo atendimento? **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, Ano XVII, v. 17, n. 18, p. 124-145, jan./dez. 2010.
- GARCIA, P. S.; MALACARNE, V.; BIZZO, N. O Percorso Formativo, a Atuação e Condições de Trabalho de Professores de Ciências de Duas Regiões Brasileiras. **ACTA SCIENTIAE (ULBRA)**, [S. l.], v. 11, p. 119-140, 2009.
- GURGEL, F. R. **Trabalho docente**: políticas de financiamento da carreira e da remuneração dos professores da educação básica de sistemas públicos de ensino. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.
- LIMONTA, S. V.; SILVA, K. A. C. P. C. da. Formação de professores, trabalho docente e qualidade do ensino. *In*: LIBÂNEO, J. C.; SUANNO, M. V. R.; LIMONTA, S. V. **Qualidade da escola pública**: políticas educacionais, didática e formação de professores. Goiânia: CEPED; América: Kelps, 2013.
- MAUES, O. C. As Políticas de Avaliação da Educação Básica e o Trabalho Docente. **Linhas Críticas**, [S. l.], v. 22, n. 48, p. 442-461, 2016. ISSN 1981-431. DOI: 10.2015/lcv22n48.442.
- NUNES, C. P.; OLIVEIRA, D. A. Trabalho, carreira, desenvolvimento docente e mudança na prática educativa. **Educação & Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 65-80, jan./mar. 2016.
- OLIVEIRA, A. G. de. **Políticas públicas educacionais dos municípios do estado do RJ**: relações com os indicadores de qualidade 2005 e 2007. 2010. 147 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- OLIVEIRA, D. A. Segmentações históricas e contemporâneas da profissão docente no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, [S. l.], n. 26, 2021.

PINTO, J. M. R. O custo de uma educação de qualidade. *In*: CORREA, B. C.; GARCIA, T. O. (org.). **Política educacionais e organização do trabalho na escola**. São Paulo: Xamã, 2008.

PINTO, J. M. de R. Remuneração adequada do professor: desafio à educação brasileira. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 51-67, jan./jun. 2009.

PINTO, J. M. R.; ALVES, T. O impacto financeiro da ampliação da obrigatoriedade escolar no contexto do FUNDEB. **Educação e Realidade**, [S. l.], v. 36, p. 605-624, 2011.

SILVA, M. R. da. Direito à educação, universalização e qualidade: cenários da Educação Básica e da particularidade do Ensino Médio. **Jornal de Políticas Educacionais**, [S. l.], v. 9, p. 61-74, 2015.

SILVA, M. R.; ARAÚJO, M. L. de A. Educação Na Contramão Da Democracia - A Reforma Do Ensino Médio No Brasil. **Revista Trabalho Necessário**, [S. l.], 19, n. 39, p. 6-14, 2021.

SOUZA, Â. R. de; GOUVEIA, A. B. Os desafios atuais referentes ao financiamento de uma educação de qualidade. **FINEDUCA - Revista De Financiamento Da Educação**, [S. l.], v. 2, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/40786>. Acesso em: 10 jan. 2024.

Reconhecimentos: Universidade Federal do Paraná (UFPR), Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE)

Financiamento: Não aplicável.

Conflitos de interesse: Não aplicável

Aprovação ética: O trabalho usa fontes secundárias, portanto pelas normas do Sistema CEP CONEP não precisa ser avaliado por CEP. O compromisso ético das pesquisadoras toma como referência as diretrizes básicas para a integridade na atividade científica do CNPQ e as discussões de ética em pesquisa da ANPED.

Disponibilidade de dados e material: As fontes utilizadas estão disponíveis no Laboratório de Dados Educacionais / UFPR e no sítio do INEP

Contribuições dos autores: Adriana Palu – organização dos dados, análise e construção do texto. Andréa Barbosa Gouveia – discussão dos dados e revisão do texto.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.

